

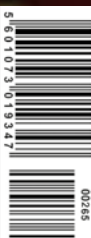
PAÍS **€**CONÓMICO

Nº 265 › Mensal › Outubro 2024 › 2.50€ (IVA incluído)

A portrait of Teresa Mourão de Almeida, a woman with short brown hair and glasses, wearing a patterned sweater over a white collared shirt. She is standing in front of a blue flag with a yellow star and a red flag with a white cross. Her arms are crossed.

Região de Lisboa e Vale do Tejo afirma a competitividade de Portugal no Mundo

Teresa Mourão de Almeida, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, destaca o trabalho profundo para bem desenvolver os projetos que favorecem o crescimento e a competitividade de uma região que abarca 52 municípios da mais populosa e desenvolvida região em Portugal.



Teresa Mourão de Almeida, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo

«A Região de Lisboa e Vale do Tejo é uma grande locomotiva do desenvolvimento do País»

*A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) é a entidade pública com a responsabilidade de «coordenarem as respostas de âmbito regional do Estado, tendo um papel mais destacado e privilegiado na construção de regiões mais desenvolvidas», no caso da Lisboa e Vale do Tejo. Teresa Mourão de Almeida, Arquiteta, é a Presidente da CCDRLVT, e assume nesta entrevista à **PAÍS ECONÓMICO** que a entidade que lidera tem realizado um aturdo trabalho para fazer concretizar importantes projetos que têm contribuído para acelerar o desenvolvimento de uma região que abrange um território com 52 concelhos e 355 freguesias nas regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste e Vale do Tejo, com esta a sub-dividir-se no Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo. A Presidente da CCDRLVT defende que o país precisa de apostar «no potencial instalado da Região de Lisboa e Vale do Tejo é um imperativo se quisermos apostar no desenvolvimento do país», sublinha a Arquiteta Teresa Almeida.*

TEXTO › JORGE ALEGRIA | FOTOGRAFIA › RUI ROCHA REIS

Uma primeira pergunta geral. O que significa, e quais as principais competências, de uma comissão de coordenação e desenvolvimento regional?

As CCDRs tornaram-se institutos públicos de regime especial e de âmbito regional. Graças a esta mudança, cumpriu-se, no início deste ano, um dos objetivos já há muito pugnado, no sentido das CCDR se afirmarem como os serviços que coordenam as respostas de âmbito regional do Estado, tendo um papel mais destacado e privilegiado na construção de regiões mais desenvolvidas.

Temos, nomeadamente, competências próprias na agricultura e pescas, no de-

senvolvimento regional, no ordenamento do território, também no património e cultura, no ambiente e conservação da natureza e, ainda, na área da economia. Tudo isto concretizado através de uma proximidade de serviços que prestamos aos agentes do território, nomeadamente os cidadãos, as autarquias e as empresas.

Também é importante referir que somos a Autoridade de Gestão do Programa Regional Lisboa 2030 e, ainda, participamos no ecossistema dos fundos, como beneficiário intermediário no âmbito do PRR.

Como vê, é um leque alargado e diversificado de áreas e, também, de atribuições e responsabilidades.

Qual é a área territorial abrangida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)? No seu interior, existem quantas NUTS II e NUTS III? Qual é a diferença entre essas siglas e o que significam para o desenvolvimento concreto das áreas territoriais de cada uma?

O território abrangido pela CCDR LVT é a Região de Lisboa e Vale do Tejo, que é constituída por 3 NUTS II, 5 NUTS III, 52 Concelhos e 355 Freguesias.

As NUTS, para quem não está familiarizado com o tema, significa “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos” e são, basicamente, as





Bloco habitacional em Benavente

divisões regionais existentes em todos os estados-membros da União Europeia. Estas divisões são depois utilizadas pelo Eurostat para a elaboração de todas as estatísticas regionais e pela União Europeia na definição de políticas regionais, nomeadamente para a atribuição dos fundos de coesão (mais conhecidos por fundos comunitários).

As estatísticas de que falava depois são utilizadas para determinar uma classificação de convergência, seja de transição ou desenvolvida, e esta classificação determina o montante e a taxa de cofinanciamento dos fundos europeus para cada NUTS II.

Como NUTS II temos a Grande Lisboa, a Península de Setúbal e o Oeste e Vale do Tejo; e estas desagregam-se nas 5 NUTS III de que falava: Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo.

Já agora, e para ter uma noção mais aproximada da nossa Região, adianto que em Lisboa e Vale do Tejo residem cerca de 3,7 milhões de pessoas, cerca de 36% da população portuguesa, e mais de 470 mil empresas (mais de um terço do total nacional).

Depois de várias décadas, a Península de Setúbal conseguiu obter uma autonomia face à restante componente (a Norte do Tejo) da Área Metropolitana de Lisboa, situação que a prejudicava no acesso a fundos comunitários. Como foi conseguida essa autonomia? O que vai

implicar no acesso a fundos comunitários, por exemplo, no âmbito do Portugal 2030?

A dispersão da alteração das NUTS em 2013 não correspondeu às aspirações dos territórios do Oeste e Vale do Tejo e da Península de Setúbal.

O OVT, que viu o seu acesso aos fundos espalhado em 2 programas, tiveram uma mobilização dos municípios, com uma articulação das 3 comunidades intermunicipais, para mudar esta realidade. Já na Península de Setúbal, quer as forças políticas, quer os empresários (AISET), nunca se conformaram com a supressão da NUT III no seu território, decorrente da reforma de 2013 de que falava.

Reclamaram um quadro de financiamento que pudesse vir a ser diferenciador da classificação atribuída à AML como região desenvolvida, que acaba por ser muito mais restritiva em termos de atribuição de fundos relativamente às regiões de convergência.

O Governo anterior avançou então com as NUTS 2024, respondendo a ambas as petições, com amplo reconhecimento, abrindo espaço de afirmação territorial,

A implicação de tal decisão é a possibilidade de, no futuro período de programação pós 27, ter de existir uma estratégia autónoma que irá suportar a negociação de um programa regional específico para a Península de Setúbal com a Comissão Europeia.

No Portugal 2030 não existe qualquer implicação desta nova classificação que só terá efeitos no próximo período de programação, ou seja, neste caso permanece o mapa dos fundos anterior.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo existem quantos Programas Operacionais? Quais as verbas para investimentos alocadas a cada PO na região?

Atualmente, existem 3 programas. Começo por referir aquele de que sou gestor, o Lisboa 2030, que corresponde à Área Metropolitana de Lisboa.

Quanto ao Oeste e Médio Tejo, este integra o território abrangido pelo programa regional Centro 2030, que pertencia à antiga NUTS II Centro.

E, por fim, a Lezíria do Tejo, que integra o território abrangido pelo programa regional Alentejo 2030, antiga NUTS II Alentejo.

Mas, caso não tenha ficado claro, estes dois últimos programas têm lógicas de implementação das respetivas medidas de forma autónoma e sem qualquer reporte à autoridade de gestão do Lisboa 2030.

Projetos que ajudam a desenvolver a Região

Se lhe pedir para apontar cinco grandes projetos de desenvolvimento na região, já executados ou em curso, quais os que destacaria?

É sempre difícil escolher por temos uma enorme variedade de intervenções,



Porto de Setúbal

em inúmeros setores do território que posso considerar que muito contribuem para a região.

Mas posso começar por destacar o Técnico Innovation Center, no Arco Cego ou o CENIMAT, Centro de Nanotecnologia na Universidade Nova da Costa da Caparica, num universo de 20 infraestruturas tecnológicas, 3 Centros de Incubação de Base Tecnológica e 27 infraestruturas científicas.

Também posso destacar, na parte do grande desafio da descarbonização, o projeto de desativação da Central a carvão do Pego, em Abrantes, e a reconfiguração laboral dos seus trabalhadores com apoio do Fundo para a Transição Justa. Ou o projeto CLEAN CEMENT LINE, promovido pela Secil e que irá assegurar uma redução de 20% de emissões de CO2 e 30% de redução de consumo de energia térmica.

Podia falar da recuperação da Sé de Lisboa, seguramente um dos monumentos mais visitados de Lisboa, ou do Convento de Jesus em Setúbal, como exemplo de

uma aposta forte na recuperação do património. Temos vários exemplos destes um pouco por todos municípios, num total de 53 operações.

Podia falar de um projeto ligado à saúde e ao SNS, como é o Centro de Saúde de Carcavelos em Cascais ou a Unidade de Saúde da Baixa da Banheira na Moita, que são dois exemplos num universo de 79 equipamentos.

E, para fechar os cinco, acho que devo falar da aposta na educação, uma grande política de apoio que assegurámos, e que teve várias frentes: a renovação e construção de equipamentos escolares, que abrangeu 102 escolas e 34 mil alunos; a tão conhecida e noticiada remoção do amianto nas escolas, que permitiu intervenções em 139 escolas de com um total de cerca de 88 mil alunos; e também no âmbito do sucesso escolar, este particularmente avassalador em números, com 260 mil alunos e 726 escolas envolvidas.

Como pode reparar, todos projetos que posso elencar vêm com lógicas de atuação

combinada e integram uma visão global na transformação dos territórios.

O atual Governo apresentou o objetivo de avançar com importantes projetos com grande impacto nacional e regional, como são o novo Aeroporto da Região de Lisboa, o TGV e a Terceira Ponte sobre o Tejo. Todos estes projetos terão um forte impacto na configuração do território e nas dinâmicas regionais da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Considera que o País, e especificamente a CCDRLVT, está completamente preparada para responder positivamente a mais este 'salto' de desenvolvimento programado?

Diria ao contrário, a AML tem uma atratividade singular, demonstrada pelo maior aumento populacional recente. Entre 2014 e 2023, período de incidência do anterior programa Lisboa 2020, enquanto o país cresceu 2,4%, a AML cresceu 5% (mais do dobro) com 5 concelhos a darem um salto extraordinário e crescerem mais de 10%.

A questão é se o país quer apostar no potencial de crescimento instalado, e

acompanhar com investimento, infraestruturas e equipamento de aceleração ou não. A Região Capital é hoje escolha de visita, de residência, de investimento. Só temos de agarrar oportunidades de transformação e aceleração, o que se traduz em mais fundos e maior exigência coletiva.

A concretização do conjunto de projetos acima enunciados vai obrigar a alterações nos atuais instrumentos de desenvolvimento deste território?

Coincidentemente estamos num processo de revisão dos conhecidos PROT (Planos Regionais de Ordenamento do Território), que vai absorver e integrar estes projetos mais estruturantes e outros ainda por desenhar, com as dinâmicas próprias de cada território.

Será seguramente objeto de grande debate, reflexão alargada e concertação estratégica entre todos os sectores institucionais e privados.

Por isso, considero que este é o momento para as várias escalas de governação,

nacional e local, compatibilizarem investimentos e políticas de infraestruturação.

Neste processo, que é já a seguir, existem novos temas que ganham ou reforçaram o seu espaço na agenda política, como a habitação, assim como existem assimetrias territoriais que devemos mitigar. Mas estou certa de que será um momento de grande concertação.

A importância da Grande Lisboa no concerto europeu

Permita-me alargar um pouco à Europa, pois o Sr. Mário Draghi apresentou recentemente uma nova visão para o desenvolvimento do projeto europeu, que implicará elevados investimentos para a sua concretização. Considera essencial para o projeto europeu que a União Europeia “dê um novo salto em frente”, com a introdução de novos instrumentos financeiros que deverão catapultar a UE para novos patamares de desenvolvimento e afirmação competitiva no cená-

rio mundial? Nesse cenário, como poderá Portugal integrar e aproveitar “esse comboio” se me permite a expressão?

Penso que o relatório que o Sr. Mário Draghi apresentou pistas que concorrem para uma nova abordagem mais simples, pragmática e operacional. Necessariamente passará por novos instrumentos que as políticas estruturais “de sempre” não atingiram.

Penso que é da opinião geral que a Europa precisa de ganhar competitividade, até para responder à concorrência musculada do Estados Unidos e da China. E essa competitividade acaba, na minha opinião, por estar refém da burocracia e de processos lentos de elaboração de políticas.

Eu diria que estamos numa espécie de auto-condenação, numa tentativa de excesso de suposta ética e pela incapacidade de uma operacionalização da competitividade, nos investimentos e nas decisões.

Por outro lado, é no contexto de reflexão que temos de encontrar respostas



Hotel em Tomar



Hospital de Sintra

para a estagnação da Região Capital ao nível convergência europeia. Esta “armadilha” no desenvolvimento regional acontece com mais 4 capitais europeias, e carece de respostas robustas, muito além do estabelecido na política de coesão.

Esta grande concentração de empresas, de emprego e de inovação, pode funcionar como locomotiva das várias carruagens regionais de cada país. Apostar no potencial instalado da Região de Lisboa e Vale do Tejo é um imperativo se quisermos pensar do crescimento do país.

No entanto, atualmente Portugal encontra-se empenhado na concretização de dois grandes programas de investimento com fundos comunitários, respetivamente, o Portugal 2030 (PT 2030) e o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). No que respeita ao PRR, como avalia a sua concretização até ao momento nos territórios de influência da CCDR LVT?

É uma grande oportunidade, que, por sua vez, se transformou num desafio exigente, que fez um caminho certo e resulta na aposta em investimentos estruturais.

Não podemos negar que o PRR teve uma construção robusta. Teve uma estra-

tégia com concertação de atores, com consulta pública e com negociação europeia, acrescido de que, em cada fase beneficiou de ajustamentos.

O resultado, que se encontra em plena execução, aposta em áreas absolutamente estruturais, que nunca acudiríamos com tanta urgência. E até lhe dou exemplos que são bastante claros para todos.

Inequívoca a resposta na habitação (como o 1.º direito e as residências universitárias), em equipamentos de saúde (hospitais e centros de saúde), de ensino (escolas e centro de investigação), em transportes (com a descarbonização e a ferrovia) ou nas zonas desfavorecidas.

E estes são apenas alguns. Para não falar da grande ambição das agendas mobilizadoras (parcerias nacionais). Por isso, considero que para já o foco ainda não deve ser avaliação mas sim de mobilização geral para a sua concretização.

Acelerar a execução dos projetos do PRR

As áreas da educação, saúde e da habitação, são as que têm recebido maior destaque no que concerne ao PRR. Considera que os objetivos globais já atingi-

dos estão em linha com a estratégia inicialmente planeada? E considera que a Região vai aproveitar cabalmente todas as verbas previstas no PRR? A Senhora Presidente acredita que o PRR estará mesmo finalizado a 31 de dezembro de 2026, ou será necessário estender o prazo para a finalização do programa?

Primeiro começo por referir que não estamos atrás, no nível de execução, dos restantes PRR europeus. Mas claro que temos situações críticas que nos preocupam, nomeadamente aquela que estão sinalizadas pela Comissão de Acompanhamento do PRR.

A realidade tem múltiplas condicionantes e muitas destas decorrem de fragilidades do país, como a mão de obra, outras decorrem dos processos próprios do investimento público, como a contratação.

Mas estamos todos empenhados em lógicas de aceleração e percebemos bem a sugestão da UE para fasear projetos, assegurando execução em algumas componentes mais preocupantes.

Por outro lado, estão a ser equacionadas complementaridades, quer com a intervenção do PT2030, quer com a intervenção de empréstimos BEI.

O desafio continua a ser cumprir a meta de final de 2026, mais uma vez, para onde devemos estar todos mobilizados.

Há quem diga que o PT 2030 poderá constituir o último grande programa de fundos comunitários de apoio a Portugal. Há mesmo quem advogue que Portugal tem de começar a preparar-se para uma fase posterior para a forte diminuição dos fundos destinados ao nosso país, até porque estão à porta da UE novos países que vão precisar de fundos substanciais para o seu desenvolvimento e coesão no futuro com o restante espaço europeu. Qual é a sua visão sobre todo este conjunto de questões?

O grande cenário é o alargamento e a redistribuição que isso implicará.

Não temos nada que nos indique isso. É um mito recorrente. De facto, temos o impacto do alargamento a novos Estados Membros. Como referiu o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, o alargamento da União Europeia (UE) é “pedra angular” da “estratégia de soberania” do bloco comunitário.

Albânia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia, Turquia, Ucrânia, Moldova e Geórgia são oficialmente países candidatos à adesão. O Kosovo apresentou o pedido em 2022, mas a sua independência não é reconhecida por cinco Estados-membros da UE (Espanha, Roménia, Grécia, Eslováquia e Chipre).

Diria que temos de estar prontos até 2030 para o alargamento. Do nosso lado, Região Capital, a perda progressiva de apoios, pela condição de região desenvolvida, tem forçado a lógica de autoafirmação, sem subsidi dependência. No nosso caso, já temos uma dotação muito reduzida, nomeadamente per capita, e uma taxa de cofinanciamento que é em si mesma, um desafio para a construção de projetos.

O racional, para mim, passa por percebermos o que é, como país, absolutamente prioritário, daquilo que são já prioridades, e o que pode ser mesmo estratégico, antecipatório, numa lógica de aceleração e arrastamento, das restantes regiões. Como disse, a concentração de pessoas, de empresas, de emprego, e de inovação

na Região de Lisboa e Vale do Tejo, sugere soluções dedicadas, e robustas.

O mundo estará sempre em mudança, o que cria recorrentes desafios, e este será mais um.

A CCDRLVT não está apenas presente nas questões, digamos, mais puras do desenvolvimento físico dos territórios. Ainda há poucos dias, em Abrantes, a Senhora Presidente entregou contributos financeiros para 62 projetos culturais no âmbito do Programa LVT+Cultura. Ou ainda, destaco a adesão recente da CCDRLVT à Rede Nacional de Património Cultural Imaterial. Qual é a importância crescente da cultura na atividade e nos objetivos estratégicos prosseguidos pela Instituição que lidera?

A nossa atuação tem sido, e deverá continuar a ser em múltiplos setores, diversas escalas e diferentes territórios. O exemplo que refere é apenas mais um, onde pretendemos fazer a diferença.

Foram 167 candidaturas ao programa LVT +Cultura, com o objetivo apoiar o setor cultural não profissionalizado da região de Lisboa e Vale do Tejo. Apoiámos 62 instituições distribuídas por 26 concelhos da região.

É recompensador ter esta adesão dos agentes culturais regionais logo na primeira edição do concurso, até pela diversidade geográfica das entidades candidatas, de tipologias de apoio e de áreas disciplinares dos projetos submetidos.

Estamos sempre a procurar estas lógicas que podem ser distintivas, para uma mudança transformadora, que não acontece sem mobilização alargada.

Foi importante a Adesão à Rede Nacional de Património Cultural Imaterial, pelo representa como estrutura, de cariz informal e aberta, que reúne os vários organismos, associações e outras entidades que promovem a salvaguarda e valorização do PCI; representantes de comunidades, grupos e indivíduos detentores das manifestações de Património Cultural Imaterial; assim como especialistas de reconhecido mérito nesta área patrimonial.

Assim como foi importante lançar o programa LVT + Cultura, para permitir

o financiamento a projetos de agentes culturais não profissionais, sinalizámos esta área como prioritária. Pela primeira vez, este instrumento de apoio contemplou projetos enquadrados no património cultural imaterial como uma das áreas a apoiar.

Fortalecer o Arco Atlântico

A área geográfica da CCDR LVT distribui-se entre as zonas costeiras e o interior rural. Qual é a relevância para a CCDR LVT da participação na organização Arco Atlântico? Como é que esta organização pode contribuir para a afirmação desta região no âmbito ibérico e internacional?

Pelo facto de a região só ter contacto com outras regiões europeias através do Atlântico, fez-nos perspetivar que seria de grande interesse estarmos presentes na CAA numa posição de grande envolvimento ao nível dos órgãos de gestão, nomeadamente ao nível da Vice-Presidência, já com 2 Mandatos e com apresentação de nova candidatura para o próximo ciclo.

Os desafios comuns das regiões não se esgotam, no mar, existindo outros temas com potencial de desenvolvimento: competitividade económica, a I&D e o empreendedorismo, as qualificações, a transição energética, a sustentabilidade do turismo, a gestão dos recursos naturais.

Agora estamos a liderar um grupo de trabalho dedicado à co-criação do Catálogo Innovation Made in Atlantic, em que se pretende mostrar o comportamento espacial da inovação no Atlântico.

Estamos também envolvidos na criação de uma macrorregião do Atlântico que seria uma importante formulação para acentuar o peso de todas as regiões a oeste da Europa.

E existem dois grandes benefícios que estamos a almejar. Em primeiro lugar, uma nova centralidade da UE para oeste (Atlântico), a projeção e ganho de visibilidade da região atlântica no contexto da UE e também a sua afirmação como região de porta de entrada da Europa para o mundo. E, em segundo lugar, nas sinergias e economias de escala, a institucionalização de uma plataforma para a

coordenação de políticas entre países e entre fundos, setores, níveis de governação e partes interessadas.

Recordo que Lisboa é a única capital atlântica da Europa! E hoje há um claro reconhecimento do potencial da economia azul, sobretudo estando as regiões articuladas e a desenvolverem projetos em sinergia.

Desde outubro de 2020 que o Presidente e um Vice-Presidente das CCDR's são eleitos, de forma indireta, mas marcou uma diferença substancial face ao modelo que vigorou anteriormente. No próximo ano termina o atual ciclo autárquico, e acontecerá uma nova eleição para a liderança das CCDR's (cinco) no país. A Senhora Presidente pretende candida-

tar-se a um novo mandato? Quais são os principais desafios que estão colocados à Região até ao final da presente década.

Não é algo que me preocupe neste momento porque o meu principal objetivo é o cumprimento deste mandato. Eu trabalho entusiasticamente até ao fim, até ao último minuto. Por isso, não penso em desacelerar e não paro para pensar que virá depois. ◀

